

PARA UMA LEITURA FOUCAULTIANA DO *HOMO OECONOMICUS*

Rodrigo Diaz de Vivar Y Soler*

Joseane Monteiro Maurício*

Resumo: Este artigo analisa o *homo oeconomicus* enquanto sujeito do neoliberalismo. Empreendemos uma leitura em torno das emergências da governamentalidade e, os modos pelos quais, tal prática refletida de governo produz uma subjetividade prostrada unicamente aos interesses. Nesse sentido, apresentamos a correlação entre o *homo oeconomicus* e o projeto foucaultiano de uma história política da governamentalidade. Em seguida, apresentaremos o *homo oeconomicus* como sujeito de interesse dessa governamentalidade. Nossas considerações finais são dedicadas a pensar as possíveis rupturas em relação a governamentalidade neoliberal, como também uma recusa direta aos programas de gerenciamento da existência aos quais o *homo oeconomicus* permanece atrelado.

Palavras-chave: *Homo Oeconomicus*; Neoliberalismo; Michel Foucault; Governamentalidade.

FOR A FOUCAULTIAN READING OF THE *HOMO OECONOMICUS*

Abstract: This paper analyzes *homo oeconomicus* as a subject of neoliberalism. We read about the emergencies of governmentality and the ways in which such a reflected practice of government produces a subjectivity prostrate solely to interests. In this sense, we present the correlation between *homo oeconomicus* and the Foucaultian project of a political history of governmentality. Next, we will present *homo oeconomicus* as a subject of interest for this governmentality. Our concluding remarks are devoted to thinking about possible disruptions to neoliberal governmentality, as well as a direct refusal to the existence management programs to which *homo oeconomicus* remains tied.

Keywords: *Homo Oeconomicus*; Neoliberalism; Michel Foucault; Governmentality.

* Bacharel em Psicologia. Mestre em Psicologia. Doutor em Filosofia. FURB. E-mail: diazsoler@gmail.com.

*Graduada em Psicologia pela Estácio de Sá. Especialista em Linguagens pela UFSC. E-mail: mauricio.joseane.monteiro@gmail.com

Introdução

A finalidade desse ensaio consiste em apontar os desdobramentos da figura do *homo oeconomicus* descritos por Foucault a partir do modelo de governamentalidade neoliberal. Ao término do curso *Nascimento da Biopolítica* Foucault (2012) procede uma genealogia das práticas de governo da vida centradas nessa figura, desde sua emergência como sujeito de troca no liberalismo clássico, para um sujeito da competitividade e do *empresariamento de si* no neoliberalismo, isto é, aquele que promove constantemente uma ascense voltada para a modulação dos regramentos econômicos para outras áreas da sua própria existência, pois conforme aponta Lazzaratto (2014, p. 14)

Hoje, a ubiquidade da subjetivação empreendedora, manifesta no impulso para transformar todo indivíduo num negócio, resultou em vários paradoxos. A autonomia, a iniciativa e o compromisso subjetivo exigidos de cada um de nós constituem novas formas de empregabilidade e, portanto, estritamente falando, uma heteronomia.

O *homo oeconomicus* configura-se como o sujeito, por excelência do neoliberalismo. Na opinião de Read (2009) fundamenta uma espécie de antropologia da competitividade, uma vez que uma das premissas do neoliberalismo consiste no processo de conversão do trabalho em luta pela renda.

Nesse sentido, pensarmos os desdobramentos do *homo oeconomicus* significa percebermos, as condições de possibilidades de tal perspectiva alegórica sobre em que a biopolítica praticada pelo mercado financeiro parece destituir toda a potencialização das vidas que não expressam a configuração de uma prática refletida neoliberal.

Detendo-nos em torno de tal problemática, em um primeiro momento procuraremos compreender como a emergência e a proveniência do *homo oeconomicus* vincula-se ao projeto desenvolvido por Foucault de uma história política da governamentalidade como crítica à razão de Estado moderna. Em um segundo momento, nos deteremos em torno da experiência do *homo oeconomicus* como sujeito

de utilidade a partir das contribuições foucaultianas em torno dessa figura como elemento fundamental do ethos da biopolítica no nosso tempo presente. Nossas considerações finais são dedicadas a problematizar os efeitos da racionalidade neoliberal a partir do pensamento foucaultiano procurando explorar as possíveis rupturas, ou melhor, linhas de fuga em torno do processo de assujeitamento em torno do qual configura-se à figura do *homo oeconomicus*.

Homo oeconomicus e neoliberalismo

Quais os motivos que nos levaram a ser tão fortemente implicados ao neoliberalismo? A resposta em torno de tal questionamento está amparada no traço fundamental de uma história política da governamentalidade: a tese de que, a partir do século XVII, o grande enunciado da economia política será a tese de que um Estado forte é um Estado mínimo apto a ser gerenciado pelas regras de veridicção do mercado e fadado a encontrar a sua sustentação garantida pelo efeito de que, quanto menor for sua interferência sobre a população, mais efetiva será a garantia de controle produzida pela governamentalidade. Contudo, é somente nas primeiras décadas do século XX que tal ideia ganhará corpo por meio de um radicalismo acentuado em torno das práticas refletidas de governo.

As emergências do neoliberalismo remetem a Alemanha, em especial o ordoliberalismo produzido pela Escola de Friburgo responsável por colocar em questão um novo problema em relação a arte de governo: como garantir a sobrevivência econômica e não apenas jurídica do Estado? Essa problematização é de fundamental importância para a arte neoliberal de governo, uma vez que ela coloca em evidência a necessidade de se percorrer os contornos da economia política como condição de possibilidade para a existência e sustentação do Estado. Acerca dessa questão é interessante observarmos o deslocamento metodológico empreendido por Foucault (2012) acerca dos sentidos políticos do neoliberalismo. Habituo-nos a compreender o processo de reestruturação da economia europeia no pós-guerra a partir da implementação de uma série de medidas protecionistas na economia como o plano

Marshall e o keynesianismo - que formam a estrutura do que conhecemos por Estado de Bem-Estar Social - isto é, todo um conjunto de procedimentos voltados para a mediação da livre circulação das mercadorias sob a tutela de um Estado. Ora, o que interessa a analítica foucaultiana é justamente analisar o nascimento do neoliberalismo como contrapartida ao modelo praticado *Welfare State*. Mas, a pergunta que permanece é: qual a finalidade dessa leitura praticada por Foucault? A resposta para tal questionamento pode ser encontrada no fato de que os estudos foucaultianos são construídos sob o signo da gestão Reagan e Thatcher e, nesse sentido, Foucault (2012) parece não se interessar em procurar revelar os motivos pelos quais o neoliberalismo superou o *new deal*, mas sim investigar as condições de possibilidades de uma história do tempo presente da arte de governo neoliberal.

Essas condições estão elencadas a partir de uma dupla perspectiva apontada por Foucault (2012): em primeiro lugar, a existência de uma tradição intelectual presente na Alemanha antes da Segunda Guerra Mundial, defensora da livre iniciativa como modo de uma possível terceira via entre o capitalismo e o socialismo. As contribuições dessa epistemologia econômica receberam o nome de ordoliberalismo, uma prática que procurava pensar as diretrizes necessárias para o Estado assegurar a correção do mercado a partir da seguinte tríade destacada por Foucault (2012) seja pela criação de uma ordem que corrigisse as falhas do mercado dificultando o abuso do poder econômico, seja pela organização da economia com mercados eficientes e competitivos ou por fim, assegurar uma ordem para uma economia justa de mercado. Em segundo lugar, a Escola de Friburgo que estava interessada em estruturar uma nova arte de governo que viria a fortalecer a tese do neoliberalismo se apresentar como um modo de vida. A Escola de Friburgo procurava pensar os contornos da irracionalidade econômica, por meio da necessidade de criação de uma economia de mercado tutora da conduta do próprio Estado.

Trata-se, no caso de procurar constituir as bases de uma nova maneira de se proceder a racionalidade econômica desconstruindo a irracionalidade do capitalismo. Mas, o que seria precisamente, essa irracionalidade do capitalismo atestada pela Escola de Friburgo? A esse respeito Foucault (2012) aponta que os estudos desenvolvidos pela

Escola de Friburgo, de certa forma, acabaram por sinalizar que a estruturação do liberalismo clássico levou a formação de um mercado constituído artificialmente distorcendo as economias de troca levando a sociedade ocidental a uma acentuação da crise econômica. Dito de outro modo, a crítica formulada pela Escola de Friburgo estava amparada na tese de que o *laissez faire*, para ser viável, depende da imposição de regras e intervenções econômicas. Nesse sentido, Boarman (1999, p.83), aponta que

Uma economia de mercado e o nosso programa econômico pressupõem o seguinte tipo de Estado: um Estado que sabe exatamente onde traçar a linha entre o que faz e o que não lhe diz respeito, o que prevalece na esfera que lhe é atribuído, com toda a força de sua autoridade, mas abstém-se de toda interferência externa de sua esfera - um árbitro energético cuja tarefa não é nem de tomar parte no jogo, nem para prescrever os seus movimentos para os jogadores, que é melhor totalmente imparcial e incorruptível e cuida para que as regras de o jogo e de desporto sejam estritamente cumpridas. Esse é o estado sem a qual uma verdadeira e real economia de mercado não pode existir.

Conforme essas palavras sugerem, a Escola de Friburgo procurava pensar os contornos de uma crítica em relação ao modelo liberal presente na consolidação de um projeto de governamentalidade responsável por intensificar um modelo de prática refletida de governo que fosse responsável por interpelar o mercado econômico uma vez que a livre circulação sem qualquer tipo de mediação poderia levar a formação de um efeito paradoxal: a formação de regimes autoritários graças à fragilidade do mercado econômico. Desse modo, os intelectuais da Escola de Friburgo procuraram pensar as consequências de um liberalismo devidamente amparado em uma espécie de percurso epistemológico e, ao mesmo tempo, político voltado para a formação de uma arte de governo apta a enfrentar o totalitarismo. Essa arte estava ancorada na tripla perspectiva apresentada por Foucault (2012) primeiro foi preciso estabelecer um objetivo, isto é, fundamentar uma legitimidade capaz de sustentar a tese de que o Estado deveria ser um avalista da liberdade de mercado. Em segundo lugar, foi necessário prescrever o campo de adversidades que a arte de governo neoliberal deveria enfrentar. Para Foucault (2012), o problema proposto pela Escola de Friburgo não era simplesmente prevenir os

possíveis adversários éticos e políticos do neoliberalismo, mas constituir os elementos necessários ao enfrentamento dos possíveis percalços criados pelo sistema econômico. O terceiro ponto dessa estratégia estava voltado para a criação dos procedimentos necessários a distribuição dos recursos conceituais e técnicos amparados pelo neoliberalismo.

É diante de tal quadro que a analítica foucaultiana acaba por perceber que a composição dessa tripla perspectiva está relacionada não somente a uma alternativa pensada pelos intelectuais da Escola de Friburgo, contra o autoritarismo, mas pela diretriz de uma nova ordem econômica que procurava pensar o condicionamento do mercado e suas flexibilizações como estratégias garantidoras da liberdade. Nesse sentido, a grade de inteligibilidade do neoliberalismo seria a criação de estratégias capazes de pensar o exato momento e em torno de quais condições o Estado deve intervir na economia. Entretanto, tal pressuposto somente pode se consolidar na medida que o neoliberalismo operar como uma prática de veridicção. A esse respeito argumenta Foucault (2012, p. 151) que

O verdadeiro problema era entre uma política liberal e qualquer outra forma de intervencionismo econômico, quer ele adquira a forma relativamente suave do keynesianismo, quer adote a forma drástica de um plano autárquico como o da Alemanha. Temos portanto certa invariante que poderíamos chamar, por assim dizer, de invariante antiliberal, que tem sua lógica própria e sua necessidade interna. Foi isso que os ordoliberais decifraram na experiência do nazismo.

Não estamos diante apenas de um modelo econômico, mas acima de tudo, de uma forma de verdade. O neoliberalismo é, na realidade, uma governamentalidade que opera seu método no sentido de perfilar os modos de subjetivação produzindo os elementos necessários para uma profunda crítica tanto em relação as constantes intervenções, por parte do Estado como a flexibilização do mercado econômico. O que está em jogo, é a justa medida da intervenção e da liberdade. Por conta de tal aspecto, é que a ressonância do modelo neoliberal será sempre a produção de modos de verdades baseados na liberdade necessária a toda relação entre subjetividade, governo e Estado.

Nesse contexto, o modelo de governamentalidade neoliberal acaba por deflagrar um confronto direto contra toda ameaça de crescimento acentuado do poder estatal, pois é esse mesmo crescimento que leva o Estado a sua própria decomposição. Para os neoliberais, o totalitarismo emerge quando a máquina estatal se torna monstruosa e o mercado econômico torna-se alheio a qualquer controle. Nunca é demais lembrar, segundo Foucault (2012), que durante o III Reich o próprio estatuto de personalidade jurídica do Estado foi destruído pela ideia que este ente deveria ser agente do povo.¹ Eis o traço fundamental da crítica formulada pelos neoliberais em relação: a ilusão promulgada por uma intervenção do Estado na economia e, ao mesmo, uma circulação natural de bens e consumos responsável por levar a economia ao colapso. O grande medo da Escola de Friburgo era portanto, evitar a retomada da experiência nazista aprendendo tanto com o recrudescimento do projeto intervencionista do Estado de polícia, quanto da ingenuidade do liberalismo clássico. Se atentarmos para o fato que um dos traços fundamentais da crítica neoliberal em relação ao totalitarismo refere-se ao fato de sua estrutura estar diretamente relacionada à irracionalidade do capitalismo, podemos observar como esses teóricos estavam interessados em evitar a todo custo, a ascensão de práticas autoritárias no interior da vida econômica.

Desse modo, a Escola de Friburgo opera um papel fundamental dentro da história do neoliberalismo, qual seja, o de ser o instrumento epistemológico de vigilância, por excelência da irracionalidade do capitalismo. O autoritarismo não nasce das bases político-partidárias das instituições, mas sim do desregramento da atividade do mercado econômico. Emerge daí o papel fundamental do neoliberalismo alemão: não permitir a intervenção excessiva do Estado e, ao mesmo tempo, ordenar a regulação exata do mercado econômico. O papel da máquina estatal seria o de assegurar a correção das imperfeições do mercado econômico.

¹ É interessante observarmos que, mesmo sem fazer qualquer menção aos trabalhos desenvolvidos por Carl Schmitt, a discussão sobre o processo de irracionalidade do capitalismo desenvolvido pela Escola de Friburgo é claramente uma tentativa de problematização das teses formuladas pelo jurista do Reich acerca da formação da exceção como paradigma de uma teologia política responsável por pensar os contornos do totalitarismo por meio da aclamação. Por teologia política Schmitt compreendia a capacidade do Estado impor sua soberania assumindo o papel de um Deus que governa a economia. Ver mais detalhes em: Schmitt, 2006.

Os teóricos do Reich, por exemplo costumavam pensar tal sistema econômico como favorecedor das sociedades de massas e do espetáculo. O ataque do nazismo a economia capitalista estava fortemente amparada no projeto de uma massificação do homem levando a um esgotamento da relação entre o sujeito e a terra – o *blut und boden* – lema de uma propaganda incendiária contra qualquer modelo econômico que escapasse a orientação de um controle ideológico por parte do Estado em torno dos modos de produção. Ocorre que o nazismo não fez outra coisa elevar a máxima potência essa mesma massificação que supostamente combatia. Ao escolher o nazismo como contraponto, a nova ordem de governamentalidade expressada pelo neoliberalismo, a Escola de Friburgo acabou por introduzir uma herança a toda plataforma neoliberal ao longo do século XX: a tese de que um Estado economicamente centralizador é contingenciado pelo autoritarismo e, justamente por conta de tal aspecto, é necessário promover duros ataques a qualquer plataforma protecionista.

O Homo Oeconomicus como sujeito de interesse

É importante destacarmos que, não se trata, para Foucault (2012) de compreendermos o neoliberalismo como uma ferramenta político-econômica de luta contra as formas de totalitarismo. O problema reside no fato de que a urgência da governamentalidade neoliberal como prática de veridicção. Ao prescrever uma crítica ao totalitarismo, a governamentalidade neoliberal criou uma série de dispositivos dentre os quais destaca-se o desdobramento da biopolítica compreendida por Foucault (2012) como prática refletida de governo por meio da qual, a política torna-se duramente contaminada pelos agenciamentos de um mercado de consumo cada vez mais aclimatado pelo crivo da economia. Nesse sentido, é correto afirmarmos que a fórmula adotada pela racionalidade neoliberal seria instrumentalizar a liberdade de mercado como prática reguladora do Estado. Essa será portanto, a grande instância de veridicção da governamentalidade neoliberal qual seja, a liberdade de mercado operando como enunciado responsável por indicar ao Estado como e quando deve-se intervir, pois conforme lembra Foucault (2012, p. 159)

Creio que é aí, nessa espécie de reviravolta que, para os ordoliberais, só foi possível a partir da análise que fizeram do nazismo, é a partir daí que eles puderam efetivamente em 1948, tentar resolver o problema que lhes havia sido proposto, a saber: um Estado que não existe, um Estado que é preciso conseguir legitimar, um Estado que é preciso tornar aceitável aos olhos dos que dele mais desconfiam. Pois bem, estabeleçamos a liberdade de mercado e teremos um mecanismo que, ao mesmo tempo, fundará o Estado e controlando-o, dará a todos os que têm alguma razão de desconfiar dele as garantias que pedem.

O neoliberalismo toma para si a tarefa de ditar as regras por meio de um novo sentido dado a economia de mercado. Seus efeitos consistem em procurar “(...) reformar o Estado e enformar a sociedade (FOUCAULT, 2012, p.161).” Isto é, o neoliberalismo é uma prática de governo que coloca o emblema da livre iniciativa e do empreendimento de si mesmo como a única garantia contra qualquer forma de autoritarismo. Conforme se pode observar, Foucault (2012) acaba por nos indicar que o estudo das emergências e das proveniências do neoliberalismo acaba por colocar em evidência, a perspectiva de pensarmos os modos pelos quais somos assujeitados a um modelo de governamentalidade segundo a qual a única compreensão possível de liberdade é aquela produzida pelas regras de mercado já que, em linhas gerais, o neoliberalismo nada mais faz do que reiterar a concorrência como uma ética necessária a toda forma de governo a partir de um processo amparado na escolha do mercado e não mais no juízo categórico do Estado. Cumpre ressaltarmos que, segundo Foucault (2012) a grande inovação do neoliberalismo encontra-se amparada na tese de que, seus defensores, não compreendiam a veridicção do mercado econômico a partir da sua natureza. Para a Escola de Friburgo, o mercado não era um ente espontâneo do qual o Estado seria capaz de fazer a sua mediação. A livre iniciativa é da ordem de uma essência e, como tal, ele deve seguir um fluxo de formalização, uma lógica interna que somente pode operar sendo respeitada em sua plenitude. Essa perspectiva é absolutamente relevante para compreendermos, a partir de Foucault (2012) as maneiras pelas quais o neoliberalismo assume a problemática da concorrência não mais como uma categoria natural, mas sim

como um problema histórico. Um problema histórico que, por sua vez, deve estar ancorado em uma atividade política infinita, ou seja, deve estar atrelado a um esforço necessário para se proceder a construção de uma arte de governo voltada a objetivos cada vez mais ambiciosos. A questão do mercado econômico é apenas o horizonte de possibilidades no qual foi fundamentada a base epistemológica do neoliberalismo. Na realidade, a problemática fundamental apresenta-se pelo desdobramento dos processos de subjetivação aos quais tal arte constituirá as bases de uma nova ética que apresenta a teoria do capital humano como alegoria de uma forma de subjetividade nomeada por Foucault (2012) como o *homo oeconomicus*.

No contexto do neoliberalismo o aparecimento da figura do *homo oeconomicus* está intimamente relacionada a estratégia política e ética dessa arte de governo, compreendida não mais como projeto utópico como no poder pastoral, na razão de Estado e, até mesmo nas primeiras formas de liberalismo, isto é, com o *homo oeconomicus* parece emergir uma maquinaria do desejo pulsante que reconhece nessa prática refletida de governo um estilo de vida a partir de um duplo papel elencado por Foucault (2012): a formação de uma teoria do capital humano e o contingenciamento de todas as formas de condutas contrárias aos pressupostos do neoliberalismo. Acerca do capital humano Foucault (2012) aponta que ele designa o conjunto de conhecimentos habilidades e atitudes que favorecem a realização do trabalho de modo a produzir efeitos de subjetivações voltadas para um valor econômico. Nesse sentido, a teoria do capital humano é voltada para a criação de constantes processos de aperfeiçoamento das habilidades relacionadas à subjetividade. Nesse caso, o neoliberalismo fundamenta a produção de uma subjetividade que não é mais a do trabalhador assalariado que vende sua força em troca de um salário para sua integração e subsistência, mas sim um perfil de subjetividade colaborativa que deve buscar o maior aperfeiçoamento das suas próprias habilidades e relacioná-las ao rendimento empresarial. Contudo, a pergunta que poderíamos fazer seria: qual o valor da teoria do capital humano sinalizada por Foucault? Em primeiro lugar, devemos afirmar que o modelo de governamentalidade neoliberal acaba por inserir a economia no campo das práticas sociais e, conseqüentemente transformar aquilo que não fazia parte do mundo econômico em um

processo altamente voltado para os interesses do Capital, como se toda formação, toda experiência produzida pelo sujeito fosse mediada pelas relações com o Capital.

Nesse sentido, o campo não explorado pela economia política até o aparecimento da teoria do capital humano seria curiosamente as relações entre sujeito e trabalho, uma reflexão abrangente sobre tal relação era recente dentro do campo da economia política. Esse processo é denominado por Schultz (1971) como fundamento analítico pelo qual a economia deve procurar saber como os sujeitos promovem a alocação de recursos empresariais para a sua própria experiência ética. É nesse sentido, que a tão sonhada economia de mercado neoliberal converte-se, com o capital humano em uma ética que se afirma pela compreensão da economia, não mais como uma epistemologia das engrenagens do Capital, mas como uma prática de regulação reflexiva da conduta humana. O elemento categórico dessa nova ética do capital humano desdobrasse na tese de que não existe mais trabalho, mas sim renda. Nesse sentido, a matéria da força de trabalho é transformada em luta por renda.

A teoria do capital humano inaugura uma temporalidade ética na qual não há mais trabalho, mas apenas práticas temporárias de rendimento de Capital mediadas pela composição de renda. Nesse sentido, é de fundamental importância compreendermos os procedimentos de governamentalidade empreendida pelo neoliberalismo como uma alegoria voltada para a produção de modos de subjetivação tensionados pela tese de que se é preciso viver sempre a partir do fluxo mercantilista como se a própria existência fosse administrada por meio de padrões e processos próprios a uma sessão de recursos humanos ou de desenvolvimento de pessoas. Com a teoria do capital humano emerge à figura do indivíduo/empresa. É exatamente em torno de tal perspectiva que Foucault (2012, p.310-311) procura afirmar

No neoliberalismo – e ele não esconde, ele proclama isso -, também vai-se encontrar uma teoria do *homo oeconomicus*, aqui, não é em absoluto um parceiro de troca. O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro de troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda.

Em linhas gerais, essas palavras proferidas por Foucault (2012) acabam por ilustrar como, dentro do contexto neoliberal a teoria do *homo oeconomicus*² exaspera a produção de subjetividades voltadas para a satisfação dos seus próprios desejos. Dito de outra maneira, no neoliberalismo o *homo oeconomicus* apresenta-se como empresário de si mesmo assumindo a forma de um microempreendedor que será, ele mesmo, o seu próprio capital. Nesse sentido, ele deve ser à fonte da sua própria renda ao mesmo tempo em que consome a produção da sua própria satisfação. Para Siqueira (2009), o que está em jogo nesse processo é a própria radicalização do sentido de governamentalização econômica promovido pelo *homo oeconomicus*, qual seja o de perceber o capitalismo como um processo cognitivo. Por conta de tal aspecto, é que a ética do *homo oeconomicus* encontra-se diretamente voltada para uma constante flexibilização dos processos de subjetivação compostos pelo jogo de espelhos da atividade econômica contemporânea, ou seja, com o *homo oeconomicus* neoliberal surge a hipótese de que não é a ética que deve orientar os preceitos econômicos, mas sim a economia quem deve produzir os efeitos da conduta humana.

Entretanto, deve-se perceber como são estabelecidos os traços fundamentais que ligam a emergência do *homo oeconomicus* e da teoria do capital humano como fundamentos da ética e da biopolítica neoliberal. Nesse contexto, Foucault (2012) irá afirmar que essa relação deve ser pensada a partir de dois traços fundamentais: a hereditariedade e os fatores empíricos. Em relação a hereditariedade, aponta Foucault (2012) que o neoliberalismo produzirá uma junção da biologia com a economia no sentido de fomentar à discussão em torno da pergunta: qual seria o gene perfeito? Ou melhor, o que se deve fazer para se alcançar o gene perfeito? É nesse contexto que são pensados uma série de procedimentos cada vez mais comuns na nossa sociedade que

² Na realidade, à figura do *homo oeconomicus* não é uma invenção do neoliberalismo. Suas emergências e proveniências remontam aos primeiros debates fomentados pelos liberais do século XVIII em torno da problematização de um cálculo de experiência reflexiva fomentado pela economia política a partir das ações econômicas mediadas pela experiência do processo de trocas. Ou seja, o conceito de *homo oeconomicus* acaba por atravessar essa perspectiva dos processos de troca voltados para o tríplice efeito da governamentalidade liberal, a saber: o hedonismo, o utilitarismo e o sensualismo correlativo a experiência da maximização da utilidade e do menor esforço empregado.

irão propor fórmulas e métodos para que os sujeitos possuam o equipamento genético adequado diminuindo, dessa maneira, a probabilidade da geração de indivíduos com uma condição socioeconômica desfavorável. Por meio do mapeamento genético organizado por experiências como as conduzidas pelo Projeto Genoma, a teoria do capital humano acaba por associar a política da vida, a economia e o governo de si em favor da ordem neoliberal. Essa viravolta da genética neoliberal não representa o retorno do racismo proposto pelo darwinismo social, mas sim algo muito pior: a produção de um processo qualitativo por parte do capital humano como um controle sistemático dos modos de subjetivação programados para o ingresso na corrente neoliberal.

Já em relação aos fatores empíricos do capital humano cumpre-se ressaltar que eles se referem as estratégias necessárias para o fomento de uma servidão voluntária em torno da racionalidade de governo neoliberal e, nesse caso, a educação torna-se um espaço privilegiado para a aplicabilidade do capital humano ou o fomento do que Foucault (2012) chama, provocativamente, de competência máquina, isto é, uma modalidade de educação a qual os sujeitos recebem toda a dedicação dispensada por seus familiares já que o capital assume os contornos de um campo de afetividade. A esse respeito, os neoliberais elaborarão, segundo Foucault (2012), todo um conjunto de procedimentos os quais chamarão de investimentos educacionais no sentido de buscarem favorecer a modulação das habilidades e competências dos sujeitos.

Esses dois traços intrínsecos ao capital humano são imprescindíveis para pensarmos as relações entre biopolítica e governamentalidade. O duplo efeito da teoria do capital humano aponta para a necessidade de percebermos como os estudos em torno da biopolítica e de uma história da governamentalidade fazem parte do entrecruzamento no pensamento foucaultiano da política com a ética, ou melhor, de um elemento categórico de uma curvatura na qual se encontram as estratégias de saber, as práticas de poder e os processos de subjetivação. Ao propor analisar o nascimento do neoliberalismo Foucault (2012) demonstra como não podemos deixar de pensar as questões políticas sem deixarmos de colocar em análise o problema do governo como uma substância ética. Nesse sentido, interessa a Foucault (2012) estudar o programa de

governo instrumentalizado pelo neoliberalismo a partir da construção de uma crítica aos modos pelos quais nos tornamos assujeitados a tal prática refletida de governo. Nesse contexto, a tarefa consiste em pensarmos o capital não somente como um fenômeno de exclusão econômica de consequências ideológicas, mas sim como uma máquina a qual somos vinculados por um regime de verdade. A teoria do capital humano, por exemplo precisa ser compreendida como um paradigma ético já que ela compreende a sustentação do neoliberalismo dentro de um programa de governo que atua sobre as condutas dos sujeitos a partir da governamentalização de uma vida regrada por uma economia de mercado empresarial.

O efeito da ética produzida pelo *homo oeconomicus* corresponde, portanto, ao que Foucault (2012) chama de reversão das relações sociais, isto é, ele procede o desdobramento da economia em uma ética. Contudo, essa reversão precisa estar articulada a um elemento que possa subsidiá-la como modo de subjetivação. E, nesse sentido Foucault (2012) resgata um dispositivo criado pelo ordoliberalismo da Escola de Friburgo, no caso, o conceito de *Gessellshaftspolitik* que, segundo as palavras do intelectual francês, tinha como finalidade

[...] organizar uma sociedade, implantar o que eles chamam de *Gessellshaftspolitik* tal que esses frágeis mecanismos de mercado, esses frágeis mecanismos concorrenciais possam agir, possam agir livremente e de acordo com sua estrutura própria. Uma *Gessellshaftspolitik* era, portanto, uma *Gessellshaftspolitik* orientada para a constituição do mercado. Era uma política que devia assumir e levar em conta os processos sociais a fim de abrir espaço, no interior desses processos, para um mecanismo de mercado (FOUCAULT, 2012, p. 330).

Assistimos, de acordo com tal perspectiva a emergência de uma *Gessellshaftspolitik* que nada mais é do que um dispositivo pensado para o mercado agir a partir de uma estrutura própria possuindo como núcleo estrutural a seguinte problematização: como se pode abrir caminho para garantir à livre atuação do mercado, correlativa à sustentação do Estado e a conduta dos indivíduos? O que os neoliberais fazem é produzir, a partir desse questionamento um novo sentido alegórico para a

subjetivação do sujeito-empresa que será marcada pela multiplicidade tendo como consequência o desdobramento das relações econômicas em práticas sociais. Como se a *Gessellshaftspolitik* promovesse uma conversão³ voltada para um modelo de estética da existência na qual estrutura-se a subjetividade do *homo oeconomicus* e seus múltiplos dispositivos gerenciais passa pela difusão de uma estratégia de governamentalidade que prega a reconciliação do sujeito não com o trabalho, mas com a empresa. São os valores de uma ordem governamental preocupada não somente com a profusão ideológica dos modos de produção, mas sim dos modos de subjetivação.

Esse seria portanto, o problema fundamental do neoliberalismo: instigar e, ao mesmo tempo, instrumentalizar os procedimentos de governamentalização necessários para que a racionalidade econômica seja desdobrada em um processo de subjetivação que reconheça na performatividade do *homo oeconomicus* e suas práticas de veridicção. Tal perspectiva é de fundamental importância para Foucault (2012) situar, nos seus relevos, os vínculos firmados pelos sujeitos no contexto do neoliberalismo a partir de um modelo de governamentalidade compreendida como aliança firmada entre sujeitos a partir de um complexo sistema de permutas, isto é, os modos pelos quais a governamentalização da subjetividade passa a ser definida pela ética neoliberal. Tal diagnóstico é de fundamental importância para compreendermos a possibilidade de

³ O problema da conversão é de fundamental importância nos trabalhos foucaultianos desde *Segurança, Território, População*, passando pelo *Nascimento da Biopolítica* até os estudos que contemplam de maneira explícita os modos de veridicção na filosofia antiga e nas primeiras formas de cristianismo. Operando uma espécie de genealogia desse conceito tão importante nas escolas filosóficas e ordens religiosas Foucault acaba por nos indicar a presença de um quadrilátero dessa prática desde os gregos até a nossa contemporaneidade. Num primeiro momento, a ideia de conversão apresenta-se como uma alegoria da atividade filosófica por meio da relação entre mestre e discípulo objetivando a constituição de um *ethos*, isto de uma vida marcada pela *askesis*. Já no contexto do cristianismo primitivo o conceito de conversão possuía relação direta do sujeito com a preparação para a vida religiosa. Séculos mais tarde – por volta do século IV, a conversão ganha um sentido muito mais voltado para as primeiras práticas de poder presentes no contexto de institucionalização do cristianismo assumindo uma relação hierárquica pela qual o indivíduo deveria reconhecer-se enquanto portador do pecado originário e em permanente estado de dívida em relação ao seu pastor. Com a emergência da modernidade, e as primeiras formas de governamentalidades a conversão passa a ser vista como atividade voltada para o reconhecimento do próprio sujeito em relação aos jogos de identidades. Por fim, há que se mencionar o papel relevante dado pelo neoliberalismo ao problema da conversão compreendida como giro pelo qual o *homo oeconomicus* reconhece a sua importância dentro dessa modalidade de governo. Ver mais detalhes em: Foucault, 1985. Foucault, 2009. Foucault, 2010. Foucault, 2011. Foucault, 2012. Foucault, 2013a.

percebermos, com a emergência do neoliberalismo, o início de uma época marcada pela decadência, ou seja, o ocaso do cidadão moderno salvaguardado pelo contratualismo, mas que é, duramente *marcado em brasa* pelo emblema de uma subjetividade que, como em um jogo de espelhos, reproduz toda uma dinâmica de funcionamento das regras do mercado econômico já que o neoliberalismo representa a própria acentuação das formas de vidas tipicamente economizadas. De fato, tal regime de governamentalidade não cria as regras do mercado, mas pensa as correlações possíveis entre essas regras e a constituição de uma inteligibilidade econômica da própria subjetividade. Em outras palavras, percebe-se que, com o neoliberalismo o indivíduo torna-se governamentalizado por meio de diretrizes e regras pré-fixadas pelo mercado reconhecendo-se como *homo oeconomicus*.

O que está em jogo nesse processo é a conduta promovida pelo neoliberalismo. Uma conduta econômica que mobiliza o regime de governamentalidade a partir da constatação de que essa ética da biopolítica já não pode mais ser caracterizada pela tipologização do sujeito. Não se trata mais de prescrever formas de subjetividades como anormais – as figuras do criminoso, do louco, do homossexual – mas, procurar contornar os mapeamentos econômicos das condutas individuais. Como se fosse possível articular aos pressupostos da biopolítica os elementos e as regras da lei da oferta e da procura para o contexto das práticas sociais. Se temos desemprego, inflação, criminalidade e outros tantos problemas sociais devemos pensar como podemos resolvê-los. Entretanto, essa resolução nunca será finalizada, pois é preciso fazer com que o indivíduo conviva diretamente com margens toleráveis de todos esses riscos. Esse problema, entretanto, no leva a um outro questionamento: como governamentalizar as condutas dentro do neoliberalismo?

Essa pergunta é de fundamental importância para pensarmos as correlações entre a biopolítica e o processo de constituição do *homo oeconomicus* nos dias de hoje. Certamente se o problema não é somente o de disciplinarizar o corpo do sujeito, isso porque a biopolítica necessita alocar em cada indivíduo o grande fundamento econômico estruturado pelo neoliberalismo em relação as demandas de oferta e de procura. Nesse sentido, os problemas sociais devem estar indexados a uma plataforma

ética em que se busque trabalhar com indicadores estatísticos. A biopolítica do neoliberalismo vislumbrada por Foucault (2012) é carregada, portanto de uma exploração sistemática daquilo que deve ser considerada uma vida tolerável dentro das margens de um sutil dispositivo de controle padronizado pelos indicadores estratégicos do mercado econômico.

O que está em jogo para Foucault (2012) é justamente a aplicabilidade desse modelo neoliberal cujo foco é representado pelo modelo do *homo oeconomicus*. A sua constatação é empreendida pelo modo no qual o *homo oeconomicus* implica um traço fundamental da estratégia de governo produzida pelo neoliberalismo. Nesse sentido, prescrever as condutas a serem seguidas pelos indivíduos devem ser orquestradas pelos reguladores do mercado.

O que se abre nessa dobra ética do *homo oeconomicus* é a perspectiva de compreendermos como a economia é uma importante ferramenta para uma contextualização da maneira como o indivíduo deve conduzir-se a partir da relação consigo mesmo e com o outro. Essa governamentalização neoliberal acaba por potencializar a produção de uma experiência voltada única e exclusivamente para os jogos de interesses. Nas palavras de Leal (2015, p. 132)

Uma mecânica, portanto, econômica de realização dos seus interesses. A constante escolha estratégica dos meios, dos caminhos e instrumentos do qual o homem econômico fez uso para alcançar a satisfação de algum de seus desejos. Esse modo de ação depreende-se da maneira como o liberalismo avaliou e compreendeu o ser humano enquanto naturalmente econômico, corroborando a ideia de que para agir, todo indivíduo se utiliza dessa lógica econômica de ação. Em outras palavras, a partir da ideia de que a vida humana atua naturalmente através do agir econômico, o liberalismo alimentou a reprodução dessa individualidade autointeressada em que sua ação parte de uma avaliação econômica do seu agir. Os diversos mecanismos disciplinares que atuam na biopolítica a fim de garantir indivíduos dóceis e produtivos fabricam, portanto, esse tipo de individualidade fundamentalmente econômica. Suas próprias liberdades, por sua vez, são fabricações para dar suporte à existência desse tipo de individualidade.

Há que se observar, portanto que, correlativo ao sujeito de direito encontra-se esse sujeito de interesses representado pelo *homo oeconomicus*. Entretanto, o ponto fundamental dessa definição do sujeito de interesses consiste na possibilidade da governamentalidade neoliberal em prescrever a essa figura a lei do menor esforço atrelada a maximização dos lucros. Nesse sentido, o grande problema a ser formulado, segundo Foucault (2012) seria analisarmos se tal modelo de interesse volitivo proveniente ao *homo oeconomicus* pode estar associado à vontade jurídica do sujeito de direitos. À primeira vista podemos recorrer a conciliação entre as premissas dessa vontade jurídica e dos interesses econômicos. Entretanto, o que a analítica foucaultiana procura demonstrar é que tal relação, no contexto de uma história política da governamentalidade é algo mais complexa.

Considerações finais

Na realidade o que está em jogo é a manutenção do interesse dentro do contexto da prática jurídica o que significa que, o grande teatro dos aparatos jurídicos, nada mais são do que a própria dimensão de uma espetacularização que obedece a grade de inteligibilidade do mercado econômico acarretando a formação de um processo que aqui poderíamos nomear como a judicialização do mercado enquanto espaço de legitimidade dos interesses neoliberais. No contexto de uma ética do *homo oeconomicus* tão relevante ou mais do um princípio de direito natural é a mecânica dos interesses naturais. Em outras palavras, o que os neoliberais fazem é a modulação da prerrogativa do sujeito de direitos a uma forma empírica na qual o indivíduo jamais pode renunciar a política de interesses. Imprime-se portanto, uma espécie de marca nesse indivíduo qual seja, a de que ele pode ser governamentalizado a partir do menor esforço possível. A singularidade produzida pelo *homo oeconomicus* reside na concepção empírica segundo a qual deve-se procurar ultrapassar os limites do jurídico por meio da aplicabilidade econômica. Nesse sentido, a problemática do *homo oeconomicus* opera como um regramento ético tangenciado pelo interesse individualista enquanto regra fundamental de um bem-estar coletivo.

Essa seria, portanto, a curvatura da ética da biopolítica presente no *homo oeconomicus*: a tese de que a governamentalização das condutas não depende mais da secularização dos dispositivos disciplinares, mas sim dos regramentos provenientes dos modos de veridicção nos quais essa figura encontra-se situada. Nesse sentido, ao operar uma leitura da biopolítica como grade de inteligibilidade do processo de governamentalização neoliberal, Foucault (2012) acaba por nos indicar que o grande desafio à construção de uma crítica em relação à razão de Estado repousa no diagnóstico das condições de possibilidade das formas de governamentalidades as quais somos assujeitados desde a emergência do poder pastoral, passando razão de Estado e culminando com as emergências e proveniências tanto do liberalismo, quanto do neoliberalismo.

Essas seriam as ferramentas apresentadas por Foucault no sentido de pensarmos uma história do tempo presente sinalizadas nas possíveis fissuras e estratégias de resistências ligadas a perspectiva dos direitos dos governados. Acreditamos que essa perspectiva é de fundamental importância para situarmos nas insurreições os fundamentos de uma prática política responsável que colocam em evidência a produção de práticas de liberdades.

O ponto fundamental que liga os horizontes de uma história política da governamentalidade à figura do *homo oeconomicus* compreende a estetização de si mesmo a partir de um processo de subjetivação duramente marcado pelo neoliberalismo e a perversa tese de que o sujeito deve, acima de tudo, ser o seu próprio Capital. Como se toda sua potência de vida fosse amparada pela perspectiva da economia de mercado.

Referências:

- BOARMAN, Patrick. *Apostle of a Humane Economy: remembering Wilhelm Röpke*. In: EUCKEN, Walter. BÖHM, Franz. *ORDO: Jahrbuch für die ordnung von wirtschaft und gessellschaft*. (p. 82-84). Lucius & Lucius: Stuttgart, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

- FOUCAULT, Michel. *A Coragem da Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Do Governo dos Vivos*. São Paulo: Martins Fontes, 2013a.
- LAZZARATO, Maurizio. *Signos, Máquinas, Subjetividades*. São Paulo: Edições N-1, 2014.
- LEAL, Guilherme de Freitas. *O Homo Oeconomicus em Michel Foucault: a análise do ser humano como naturalmente econômico na arte liberal de governar* (Dissertação de Mestrado), Universidade de Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- READ, Jason. *A Genealogy of Homo-Economicus: neoliberalism and the production of subjectivity*. *Foucault Studies*, 6, pp. 25-36, 2009. Disponível: <https://rauli.cbs.dk/index.php/foucault-studies/article/view/2465/2463>. Acesso em: 22/01/2019.
- RÖPKE, Wilhem. *A Humane Economy: The Social Framework of the Free Market*. *EUA: Institute for philosophical and historical studies*, 1950.
- SCHULTZ, Theodore. *O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.